

ENTRE RITUAIS E RESISTÊNCIAS: A PRESENÇA UMBANDISTA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

ENTRE RITUALES Y RESISTENCIAS: LA PRESENCIA UMBANDISTA EN LOS ESPACIOS PÚBLICOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

BETWEEN RITUALS AND RESISTANCE: THE UMBANDIST PRESENCE IN THE PUBLIC SPACES OF CAMPOS DOS GOYTACAZES

Paulo Henrique Prado Silva¹

Natália Rodrigues Codeço Ribeiro²

Letícia Gonçalves Mattos³

RESUMO

O presente artigo aborda a territorialização das Umbandas em Campos dos Goytacazes, destacando a ocupação de espaços públicos como praias, cachoeiras e encruzilhadas, que são ressignificados como locais sagrados. No entanto, essas práticas enfrentam desafios significativos, como a violência e o racismo religioso, principalmente de facções criminosas e grupos neopentecostais. Entre 2017 e 2020, quatorze terreiros foram fechados e líderes religiosos assassinados, refletindo a marginalização das religiões afrobrasileiras. A territorialização, nesse contexto, não é apenas uma ocupação física, mas uma forma de resistência cultural e política, onde a presença umbandista nos espaços públicos representa uma reterritorialização e afirmação de identidades afro-brasileiras. Os ataques e pressões enfrentadas pelas Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs) são analisados à luz de entrevistas com lideranças religiosas, que evidenciam estratégias de resistência para assegurar a continuidade dessas tradições. O artigo propõe que a luta pela ocupação desses territórios sagrados revela uma disputa simbólica e política, que desafia estruturas de poder e marginalização. Conclui-se que a territorialização da Umbanda em Campos dos Goytacazes é um ato de preservação cultural e resistência frente à violência, além de uma afirmação identitária em uma sociedade que continua a tentar silenciar essas expressões religiosas.

PALAVRAS-CHAVE: Umbandas; violência religiosa; espaços públicos; Campos dos Goytacazes; Religiões afro-indígenas-brasileiras.

¹ Doutorando em Sociologia Política; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro 1pradopaulo@gmail.com

² Mestranda em Sociologia Política; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro nataliarcodecor@gmail.com

³ Mestranda em Sociologia Política; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro mattosgleticia@gmail.com



RESUMEN

El presente artículo aborda la territorialización de las Umbandas en Campos dos Goytacazes, destacando la ocupación de espacios públicos como playas, cascadas y encrucijadas, que se resignifican como lugares sagrados. Sin embargo, estas prácticas enfrentan desafíos significativos, como la violencia y el racismo religioso, especialmente por parte de facciones criminales y grupos neopentecostales. Entre 2017 y 2020, catorce terreiros fueron cerrados y líderes religiosos asesinados, reflejando la marginación de las religiones afrobrasileñas. En este contexto, la territorialización no es solo una ocupación física, sino una forma de resistencia cultural y política, donde la presencia de Umbanda en los espacios públicos representa una reterritorialización y una afirmación de identidades afrobrasileñas. Los ataques y las presiones que enfrentan las Comunidades Tradicionales de Terreiro (CTTs) se analizan a la luz de entrevistas con líderes religiosos, que evidencian estrategias de resistencia para asegurar la continuidad de estas tradiciones. El artículo propone que la lucha por la ocupación de estos territorios sagrados revela una disputa simbólica y política que desafía estructuras de poder y marginación. Se concluye que la territorialización de la Umbanda en Campos dos Goytacazes es un acto de preservación cultural y resistencia frente a la violencia, además de una afirmación identitaria en una sociedad que sigue intentando silenciar estas expresiones religiosas.

PALABRAS CLAVE: Umbandas; violencia religiosa; espacios públicos; Campos dos Goytacazes; religiones afroindígenas-brasileñas.

ABSTRACT

The present article addresses the territorialization of Umbanda in Campos dos Goytacazes, highlighting the occupation of public spaces such as beaches, waterfalls, and crossroads, which are re-signified as sacred places. However, these practices face significant challenges, including violence and religious racism, especially from criminal factions and neo-Pentecostal groups. Between 2017 and 2020, fourteen terreiros were closed, and religious leaders were murdered, reflecting the marginalization of Afro-Brazilian religions. In this context, territorialization is not merely a physical occupation but a form of cultural and political resistance, where the presence of Umbanda in public spaces represents a reterritorialization and affirmation of Afro-Brazilian identities. The attacks and pressures faced by Traditional Terreiro Communities (CTTs) are analyzed through interviews with religious leaders, revealing strategies of resistance to ensure the continuity of these traditions. The article proposes that the struggle for the occupation of these sacred territories unveils a symbolic and political dispute, challenging structures of power and marginalization. It concludes that the territorialization of Umbanda in Campos dos Goytacazes is an act of cultural preservation and resistance against violence, as well as an assertion of identity in a society that continues to attempt to silence these religious expressions.

KEYWORDS: Umbandas; religious violence; public spaces; Campos dos Goytacazes; Afro-IndigenousBrazilian religions.

INTRODUÇÃO

A territorialização é um processo pelo qual grupos sociais, culturais e religiosos atribuem sentidos e identidades a espaços específicos, transformando-os em territórios marcados por práticas simbólicas e relações de poder. Como sugere Isaac Joseph (1998), os espaços públicos são atravessados por diversas lógicas sociais, como encontros entre



diferentes grupos, performances e disputas simbólicas, tornando-se mais do que meros locais físicos, mas também arenas onde se expressam dinâmicas culturais e políticas.

O modo como as umbandistas lidam e são tratados nos espaços públicos podem ser exemplos de como essas lógicas permeiam esses locais, já que são fundamentais para diversas ritualísticas presentes na religião. As cachoeiras, praias, matas, encruzilhadas e cemitérios se transformam a partir de suas cosmovisões representando e, alguns casos, sendo as divindades ao qual cultuam. Assim, a territorialização da Umbanda reflete não apenas a ocupação de espaços públicos, mas também a resistência contínua das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs) contra perseguições e violência religiosa. Esses territórios sagrados são fundamentais para a expressão de uma espiritualidade afro-indígena-brasileira que se mantém viva e dinâmica, mesmo diante das pressões históricas e contemporâneas que buscam invisibilizá-la e controlá-la (Silva, 2024).

Essa dinâmica de territorialização das comunidades umbandistas não ocorre sem conflito. Nas últimas décadas, as CTTs têm enfrentado um aumento significativo de ataques por parte de facções criminosas e grupos religiosos neopentecostais, que restringem seu acesso aos espaços sagrados e violentam suas lideranças. Entre 2017 e 2020, quatorze terreiros foram fechados em Campos dos Goytacazes - RJ, e duas lideranças religiosas foram assassinadas, revelando uma realidade de extrema violência no qual estão submetidos (Silva; Ramos, 2022). Essa dinâmica influência para que em outras localidades, fora dos terreiros, possam ser imaginadas como possibilidade de ser violentado e discriminado, algo que de fato ocorre como observaremos nos relatos das entrevistas.

Assim, o espaço público pode se tornar uma arena de disputa simbólica e política, onde diferentes grupos tentam impor seus valores e controlar a ocupação e o uso desses lugares. A ocupação desses espaços pelas comunidades umbandistas, portanto, pode representar uma forma de resistência cultural e política, uma reterritorialização que



afirma identidades e cria modos alternativos de existência. Ao transformar praias, rios e encruzilhadas em lugares sagrados, as CTTs ressignificam o espaço urbano e natural, desafiando a lógica hegemônica que tende a marginalizar suas práticas.

Desta maneira, neste artigo buscamos analisar o processo de territorialização da Umbanda em Campos dos Goytacazes - RJ, investigando como a ocupação de espaços públicos se articula como uma estratégia de resistência frente às violências simbólicas e materiais que sofrem. A partir de entrevistas com lideranças umbandistas, buscamos compreender as nuances desse processo, bem como as estratégias de re-existência desenvolvidas para assegurar a continuidade das tradições afro-indígenas-brasileiras. Cabe ainda dizer, que aqui optamos em manter o nome real de nossas entrevistadas, um pedido que partiu delas, objetivando que fique registrado quem relatou e contribuiu para o desenrolar desse artigo. Quanto a ferramenta utilizada para investigar os dados obtidos durante esses encontros, usamos da análise de conteúdo para evidenciar como as práticas religiosas umbandistas se constituem como formas de luta e de afirmação identitária em uma sociedade que ainda insiste em criminalizar e subalternizar tais expressões.

É a partir dessa perspectiva que compreendemos a territorialização da Umbanda em Campos dos Goytacazes não se restringindo à ocupação física dos espaços, mas envolvendo também a disputa por visibilidade, pertencimento e reconhecimento. Mais do que uma prática religiosa, a Umbanda se apresenta como um ato político de resistência e um caminho de preservação e valorização dos saberes ancestrais, desafiando as violências que buscam silenciá-la e reafirmando, em cada ritual, a sua presença e identidade.

Um olhar sobre os espaços públicos

Como apontado anteriormente, a territorialização é um processo pelo qual grupos sociais atribuem significados e usos específicos aos espaços, transformando-os em territórios



carregados de simbolismos e identidades. Mais do que uma delimitação física, o território é socialmente produzido, sendo permeado por práticas culturais, disputas simbólicas e relações de poder. Para Henri Lefebvre (1991), o espaço é um produto social, moldado pelas interações e dinâmicas que se desenrolam nele. No contexto das CTTs de Campos dos Goytacazes- RJ, a territorialização reflete não apenas a ocupação de espaços públicos, mas também a construção de uma resistência que confronta as pressões históricas e contemporâneas que tentam invisibilizar essas práticas religiosas.

Nas práticas umbandistas, a escolha de realizar rituais em locais como cachoeiras, encruzilhadas e praias não é aleatória. Esses espaços são ressignificados como pontos de força espiritual ou como a própria Orixá, sendo assim possível o sagrado se manifestar e a ligação com as suas divindades ser reforçada. Assim, lugares naturais e urbanos tornam-se territórios sagrados, expressão da identidade e da espiritualidade afro-indígena-brasileira. No entanto, como destaca Isaac Joseph (1998), os espaços públicos não são neutros; eles funcionam como arenas de disputa, nas quais diferentes grupos sociais buscam afirmar suas visões de mundo e definir as regras de uso desses territórios. No caso das CTTs, a presença umbandista nos espaços públicos é um ato de afirmação identitária e de reivindicação de pertencimento, desafiando normas e resistindo à hegemonia cultural.

Outro aspecto que também podemos destacar sobre a ocupação e disputa desses lugares pelas umbandistas, é que se fazer presente nos espaços públicos acaba não sendo apenas uma prática espiritual, mas também um ato político. Em Campos dos Goytacazes - RJ, onde há um histórico de ataques a terreiros por facções criminosas e segmentos religiosos neopentecostais, a territorialização dos rituais se torna uma forma de re-existência. O termo "re-existir" indica não apenas sobreviver, mas reinventar-se e ressignificar tradições, desafiando as forças que buscam marginalizar essas expressões culturais. Cada ritual realizado em uma praça, cachoeira ou encruzilhada é, portanto, uma maneira de reafirmar a liberdade religiosa e denunciar as violências sofridas por essas comunidades.



Além da resistência simbólica, a territorialização das CTTs envolve também uma disputa concreta pelo direito de ocupar e usar esses espaços. As comunidades enfrentam pressões para abandonar seus territórios, seja por meio de ameaças, fechamento de terreiros ou ataques diretos. Entre 2017 e 2020, quatorze terreiros foram fechados na cidade, e duas lideranças religiosas foram assassinadas, evidenciando uma tentativa explícita de des-territorializar dessas práticas religiosas. A des-territorialização ocorre quando grupos são empurrados para a invisibilidade ou para margens sociais e espaciais, como forma de controle ou exclusão (Silva, 2020).

A territorialização das CTTs em Campos dos Goytacazes evidencia, portanto, a complexidade das relações entre espaço, poder e identidade. Não se trata apenas de ocupar um espaço físico, mas de transformar esse espaço em um território de resistência e pertencimento. A presença umbandista nos espaços públicos desafia a ordem dominante e reivindica uma pluralidade cultural que historicamente foi negada. Assim, a territorialização, para essas comunidades, é uma forma de criar novos sentidos para a cidade, ao mesmo tempo em que denuncia e enfrenta as violências que buscam apagálas (Silva, 2024).

Assim, é possível notar como os espaços públicos são mais do que locais de circulação, são lugares de memória, espiritualidade e luta. A disputa por esses espaços revela não apenas as tensões entre diferentes visões de mundo, mas também o potencial dos territórios sagrados como instrumentos de transformação e resistência. Para as comunidades umbandistas, ocupar uma cachoeira ou uma encruzilhada é um ato de reafirmação de sua identidade e cultura, uma recusa em ceder às pressões sociais que buscam invisibilizá-las, e uma declaração clara de que, mesmo diante da violência, continuarão a existir e resistir.



As Umbandas em Campos dos Goytacazes

Para entender as dinâmicas que permeiam a Umbanda em Campos dos Goytacazes, é essencial considerar a história do território. Antes da colonização, a área era habitada pela etnia Goitacá, conhecida por sua habilidade marítima e resistência aos colonizadores (Alves, 2021). Com a chegada de portugueses no século XVI, a capitania de São Tomé foi estabelecida, iniciando um processo de ocupação que culminou na fundação da vila São Salvador dos Campos dos Goytacazes em 1677.

A cultura canavieira, que se desenvolveu após o domínio da família dos Assecas, tornouse a base da economia local, sustentada pela escravização de populações não brancas, especialmente os bantos trazidos de Angola. Em 1816, os escravizados representavam mais de 54% da população da cidade (Lima; Molina; Silva, 2013). Embora o movimento abolicionista tenha ganhado força na cidade e sendo referência no país, Campos dos Goytacazes - RJ foi uma das últimas a abolir a escravidão, deixando legados de racismo que ainda permeiam as dinâmicas sociais.

A divisão espacial da cidade é uma consequência dessa história. O rio Paraíba do Sul serve como uma barreira simbólica e física, separando áreas valorizadas e brancas, como o centro, de regiões periféricas e empobrecidas, como subdistrito Guarus. A princípio essa região foi ocupada pela etnia Guarulhos e posteriormente, após abolição, essa região foi ocupada majoritariamente pela população negra e por isso no cenário atual é marcada pelos altos índices de pobreza e violência (Souza & Silva, 2020).

No contexto religioso, a cidade é marcada por uma predominância do catolicismo, resultante da colonização. O IBGE (2010) apontou que 289.302 pessoas se identificavam como Católicas Apostólicas Romana. Embora o catolicismo continue forte, há um crescimento das religiões evangélicas, que somam 185.441 adeptos, influenciando as dinâmicas sociais e as relações com as tradições afro-brasileiras.



Apesar da presença significativa do catolicismo e do evangelismo, as religiões de matriz africana e indígena persistem, mesmo enfrentando silenciamento e discriminação. Segundo dados do IBGE (2010), apenas 630 pessoas se identificam com essas tradições, embora estimativas indiquem que mais de 100 terreiros estejam ativos na cidade, com 54 deles trabalhando na linha da Umbanda, que é majoritária (Lima et al., 2015).

Outros dados referentes às CTTs, são os divulgados pelo Fórum Municipal de Religiões Afrobrasileiras (FRAB), no qual apontam que há registado 400 CTTs na cidade, o número bem elevado em comparações aos demais. Essa questão pode estar relacionada com o processo de silenciamento que ocorre contra essas religiões e também devido ao sincretismo religioso no qual influencia diversos adeptos a se nomearem como praticantes de outras religiosidades por causa da visão pejorativa que a sociedade tem com as religiões afro-indígenas-brasileira (Silva, 2024).

No que tange a prevalência da Umbanda em Campos dos Goytacazes - RJ, pode ser atribuída à forte influência dos povos bantos na formação da religião, que chegou ao estado do Rio de Janeiro. A linhagem do Candomblé, por outro lado, se estabeleceu na cidade a partir de 1970, quando pais e mães de santo umbandistas começaram a buscar iniciação nessa tradição. Essa interligação entre as duas práticas religiosas reflete a complexidade das cosmovisões afrobrasileiras, desafiando as narrativas de marginalização e silenciamento (Silva, 2024).

A violência religiosa na história campista

Como pudemos notar há uma grande presença de terreiros umbandistas na cidade, podendo esse fator estar relacionado com à presença de diversos povos bantos e dos indígenas Goitacá e Guarulhos em Campos dos Goytacazes. Suas espiritualidades se enraizaram nesse solo, dando possibilidade para o surgimento da cena macumbeira que hoje aqui está florescida. Uma história atravessada por diversas violências fomentadas



pela colonização, Estado, polícia, igrejas de teor cristão, facções criminosas e a sociedade de forma geral.

Desde 1877 é possível encontrar registro sobre a presença dessas religiosidades no munícipio. Nos jornais da época era comum encontrar notícias referentes à presença das macumbas nesse território. Como o caso relatado no jornal O Monitor Campista (1877, p. 3), no qual trazia a notícia que segue abaixo

Feitiçaria - Demos, há poucos dias, notícia da prisão de um escravo fugido, que se achava acoutado em casa de uma tal Maria Suçuarana, para servi-la como feiticeiro e por meio de sua indústria, estreitar os laços de amor entre os queridos e suas queridas (apud Silva & Ramos, 2023, p. 319).

Manchetes como essa nos permitem averiguar a presença de religiosidades não cristãs em Campos dos Goytacazes, nos demonstrando que mesmo diante de uma política de morte e silenciamento essas práticas se mantinham vivas. Nessas mesmas notícias é possível observar o papel da polícia na repressão e efetivação da criminalização dessas religiosidades. Um braço do governo que mantinha firma a ideologia da colonização acerca dos aspectos culturais religiosos de povos não brancos. Em 1900 é possível novamente ver a violência religiosa se operando através das batidas policiais. Na notícia divulgada pelo mesmo jornal já citado é relatado a seguinte questão

O Sr. Theotonio de Faria, comissário de polícia no 7º districto prendeu antehontem um curandeiro, conhecido pelo nome de Dr. Francisco, apreendendo diversos embrulhos de hervas, vidros com mel de abelha, pomadas, verde-pariz, pólvora, óleo de rícino, um patuá, etc. [...] Ao que parece, os curandeiros têm especial predilecção por Guarulhos; já é o segundo que alli apparece nestes últimos tempos [sic.] (O MONITOR CAMPISTA, 1900. p. 03 apud Silva & Ramos, 2023, p. 318).

Uma questão interessante apresentada nessa manchete é o fato de apontarem Guarulhos, hoje conhecido como Guarus, ser o local onde há uma predileção das macumbeiras. Como já apontado aqui anteriormente, esse foi um território destinado para os povos indígenas Guarulhos, por isso o nome dado ao local naquela época, e



também por pessoas negras após a abolição. Ou seja, devido à presença desses corpos nesse local, sua cultura religiosa se mostrava com maior expressividade.

Continuando na história religiosa da cidade, entre 1930 e 1945, período compreendido como Estado Novo, houve um aumento significativo de ataques as CTTs no Brasil. O munícipio de Campos dos Goytacazes também sofreria com essa questão (Silva & Ramos, 2023). Mesmo que, houvesse um movimento de umbandistas tentando assimilar as Umbandas ao projeto políticoideológico do governo de Getúlio Vargas, não impediu de serem violentados, principalmente as ministradas por pessoas negras de pouco status na sociedade branca. Aquelas que aderiram ao processo de embranquecimento e seus membros ocupavam lugares de poder na sociedade brasileira conseguiram se esquivar de alguns ataques que emergiam (Oliveira, 2009).

Durante o Estado Novo foi possível encontrar notícias vinculadas nos jornais campistas acerca de ataques praticados contra algumas macumbas da cidade. A exemplo da manchete publicada no jornal Folha do Commercio em 25 de fevereiro de 1934, que diz

TRÊS GRANDES 'MACUMBAS' INOPINADAMENTE SUPREENDIDAS - A polícia de Campos, bem orientada na sua ação organizou uma canôa contra três macumbas na rua Espírito Santo. Nêsses antros de exploração e ignorância, onde as consultas são cobradas em altos preços, foram presas cento e tantas pessoas, entre as quais se encontravam, segundo nos informaram, várias pessoas de boa sociedade. [...] Sôbre os macumbeiros, com o fim de apurar a responsabilidade de cada um dêles, foi aberto o necessário inquérito (FOLHA DO COMMERCIO, 1934, p. 1 apud Silva & Ramos, 2023, p. 319).

É anunciado também no jornal Folha do Commercio em 1940 uma campanha promovida pela polícia local contra as macumbeiras e a prática do curandeirismo. Nessa era relatado que ações volentas contra essas religiosidades e a quem as praticava não cessariam (Alves, 2018). Na mesma década, outra notícia ganharia destaque no mesmo jornal. Nela é exposto a denúncia feita por um vizinho em 1948 acerca de rituais que ocorriam próximo à sua residência. A manchete dizia assim,



Foi dada queixa da macumbeira, na polícia. Moacir Gomes da Silva apresentou queixa à Delegacia de Polícia de que sua senhoria, conhecida pelo nome de Nenê, residente na rua Cardoso de Melo nº 98, vive explorando os incautos com as chamadas 'macumbas', fazendo profissão desses consenticulos. Convidou ele a polícia para vêr um 'ponto' que a 'macumbeira' colocou no quintal do queixoso, que se compõe de um oratório com velas, charutos, ramos de mato e uma cruz (FOLHA DO COMMERCIO, 1948, p. 1 apud Silva & Ramos, 2023, p.319-320).

O papel da polícia promovendo ataques contra as CTTs continuou nas décadas seguintes, sendo relatado pelo Babalawô Carlos Simbocam em uma entrevista para a pesquisa de dissertação "Religiões Afro-Brasileiras em Campos dos Goytacazes: Territórios, Conflitos E Resistência" construída por Anderson Luiz Barreto da Silva (2020). Na mesma, é apontado que entre 1960 e 1970, período da ditadura militar, um delegado conhecido como "Belô" foi realocado para Campos dos Goytacazes com a missão de perseguir e reprimir os cultos de Umbandas na cidade.

Algumas das justificativas utilizadas para a violência praticada pela polícia é que as umbandistas não respeitavam a legislação, diferente das outras religiões que acatavam as leis. Essa questão fica explicita em um trecho retirado do jornal O Fluminense de 1977

...O delegado Moacir Bellot, quando esteve lotado em Campos, teve sérios atritos com umbandistas, os quais ele acusava de não cumprirem o regulamento, principalmente a obtenção de licenças e o respeito à Lei do Silêncio (O FLUMINENSE, 1977. p. 710 apud Silva & Ramos, 2023, p. 320).

Como podemos notar, a polícia tem um grande papel historicamente na promoção de ataques as pessoas de terreiro da cidade. Porém, com o crescimento das neopentecostais no Brasil, principalmente na periferia das cidades, emerge na sociedade um novo grupo para impulsionar as violências contra às CTTs. Assim, em Campos dos Goytacazes será possível observar essa dinâmica ocorrendo, no qual esse seguimento cristão participa no processo de discriminação e violência contra as pessoas de terreiro (Lima at el, 2015).

Na pesquisa desenvolvida por Lima at el (2015) é relatado ataques verbais, físicos e patrimoniais praticados pelas neopentecostais, tendo a Igreja universal do Reino de



Deus – IURD um grande papel nessas agressões. As IURD disseminam um discurso que demoniza os terreiros, travando uma batalha espiritual contra aquelas que supostamente praticam o mal em sua concepção cristã. Juntando com a sua relação com as facções criminosas cria um ambiente propício para a manutenção dos atentados às CTTs. No Tab Uol em 2020, é noticiado essa combinação e os efeitos gerados na cidade.

Certas correntes do neopentecostalismo costumam associar as religiões de matriz africana ao diabo. Como Cruzados pós contemporâneos, traficantes coagiram, exilaram e agrediram sacerdotes e praticantes de umbanda, candomblé e outras religiões. [...] Depois de 2013 e nos anos seguintes, a perseguição religiosa se repetiu em comunidades ocupadas pelo TCP em Campos dos Goytacazes e na Baixada Fluminense. Jovens traficantes de baixa patente eram enviados aos centros, ordenando a proibição de guias, roupas brancas, toque de atabaques e exposição de imagens do lado de fora dos terreiros. Quem ousou contestar foi expulso da comunidade e teve o local depredado (MAXX, 2020 apud Silva & Ramos, 2023, p. 321-322).

Diante dessas dinâmicas de violência ocorrendo contra as religiosidades afro diaspóricas e indígenas, emergiu uma parceria entre religiosas de CTTs; o Programa de Apoio a Igualdade Racial (PAIR), setor associado a Secretaria Municipal de Família e Assistência (SMFAS) tendo Gilberto Totinho como coordenador; e o Núcleo de Estudos de Exclusão e da Violência (NEEV), pertencente à UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro), no qual é coordenado pela Dra. Lana Lage da Gama Lima. O fruto desse encontro germinou no I Fórum de Religiosidades de Matrizes Africana e Afro-Brasileira ocorrido em 2014. O tema abordado no encontro foi "O Enfrentamento da Intolerância Religiosa na Garantia dos Direitos Humanos e da Cidadania" (Silva & Ramos, 2023).

Foi através deste fórum que se concretizou um espaço que promovesse debates e ações conjuntas entre as agentes já citadas acima de forma continua, nascendo assim o Fórum Municipal de Religiões Afro-Brasileiras (FRAB). Esse segue ativado até os dias atuais, sendo um órgão representativo das CTTs na cidade, formado pela sociedade civil. As relações institucionais promovidas pelo fórum foram extremamente importantes para potencializar o número de denúncias acerca da discriminação e ataques sofridos por pessoas de terreiro, oferecer suportes e encaminhamentos às vítimas, promover



eventos, etc. De acordo com Silva e Ramos (2023), as principais ações do FRAB foram a formação política de base, visitas semanais às CCTs com intuito de outras lideranças religiosas adentrassem ao movimento, promoção de palestras semanais e a realização anualmente de um evento municipal para a discussão de temas diversos em parceria com pesquisadoras universitárias adeptas às religiões de matrizes africanas e indígenas.

O papel do FRAB foi extremamente importante para o enfrentamento das violências promovidas por facções criminosas de Campos dos Goytacazes que estavam entrelaçadas com as perspectivas filosóficas neopentecostais. Entre os anos de 2017 a 2019, ocorreram 11 casos de fechamento de terreiros por grupos formados de traficantes de drogas, sendo que em uma dessas o pai de santo Bruno de Iemanjá foi assassinado enquanto fazia uma oferenda em sua casa, pois se negou a parar com o ritual. Desses onze, oito se localizavam na área de Guarus que integra a parte norte do distrito sede. Outras 11 casas sofreram com restrições quanto aos horários de funcionamento e as atividades desenvolvidas, devido a imposições também de traficantes. Treze sofreram com ameaças verbais, porém não ocasionou o fechamento ou a restrição de funcionamento dos terreiros (Silva, 2021).

No ano de 2020, segundo o FRAB, houve o fechamento de outra três CTTs na cidade por grupos associados ao narcotráfico. Em meados de julho, houve também relatos de depredação de outra casa de santo por vizinhos; esses aparentemente não eram ligados ao narcotráfico. Foi apenas nesse último caso citado que houve uma pessoa presa sob a aplicação da Lei Caó (Silva & Ramos, 2023).

Já no período de maio de 2022 a dezembro de 2023, de acordo com dados divulgados pela SIRD, houveram 159 denúncias pelo Disque Direitos Humanos de intolerância religiosa em Campos dos Goytacazes. Os bairros Parque Guarus e Penha foram os com mais denúncias, contabilizando 20 e 18, respectivamente (Silva, 2024).



Em uma notícia publicada pelo Extra no ano de 2019 em seu site, aponta que, dos 200 terreiros ameaçados no estado do Rio de Janeiro, quarenta se localizava na cidade de Campos dos Goytacazes. A mesma notícia também relata dois homicídios devido a esses ataques: o do aqui já citado Bruno de Iemanjá e da mãe de santo travesti Lelê. Ainda é apontado que na cidade as giras ocorrem na casa da própria mãe de santo e pai de santo, diferenciando-se da Baixada Fluminense, onde é mais comum ocorrer em locais separados. Desta forma, quando fechados, depredados e as pessoas expulsas dos locais, acabam que suas moradias também são afetadas, ou seja, um ataque tanto ao terreiro quanto à casa onde vivem as mães e pais de santos.

Quanto aos dados referentes aos ataques às CTTs, o FRAB apresenta um dado divergente do relatado pelo jornal Extra. De acordo com o parecer técnico do FRAB datado em maio de 2019, relatado no artigo desenvolvido por Manuelli Ramos e Anderson Silva (2023), houve um total de 56 casos de violência contra CTTs. A maioria desses foi promovido em terreiros localizados em áreas periféricas da cidade (Silva & Ramos, 2023).

Devido a essa dinâmica que as CTTs estavam sofrendo, diversos adeptos dessas religiões se organizaram para exigir do poder público municipal ações que garantissem seus direitos enquanto povo de axé. Reivindicavam atitudes efetivas de prevenção e coibição de novos casos. Em 2014, o PAIR começou a realizar atendimento aos terreiros, colocando-os como alvo das políticas de assistência social. No entanto, com a mudança da gestão municipal em 2017, junto com o desmonte a nível nacional das políticas públicas, algumas ações que davam suporte a esses coletivos se encerraram (Silva; Ramos, 2023).

Por causa dessa falta de suporte do poder público, o FRAB foi à Câmara de Vereadores solicitar por uma audiência pública para que pudessem expor o desmonte ocorrido e reivindicar seus direitos. No entanto, essa ação não foi bem vista por diversos atores da sociedade, ocorrendo ataques de forma anônima a diversas religiosas de CTTs. Fotos



referentes à presença das religiosas afro indígenas na Câmara de Vereadores foram divulgadas em grupos de WhatsApp de igrejas evangélicas. Essas fotos vinham acompanhadas de comentários racista referentes às suas presenças naquele espaço público (Silva; Ramos, 2023).

Nos anos seguintes, devido a dinâmica bélica promovida por indivíduas associadas ao tráfico de drogas local e auto intituladas como de confissão pentecostal, o FRAB se prontificou a denunciar as violências que vinham ocorrendo. Acabou também sendo um espaço de acolhida às vítimas, para que não fossem revitimizadas. O mesmo traçou estratégias para conseguir promover a realização das ocorrências nas delegacias referentes a esses casos, tendo em vista que haviam empecilhos dificultando. Um dos grandes problemas que barravam as denúncias era por causa das constantes violências e intimidações que colocavam em grave risco a liberdade individual e coletiva, podendo atingir as adeptas às CTTs em aspectos físicos, psicológicos e patrimonial (Silva; Ramos, 2023).

Esses acontecimentos e a forte ação da FRAB em conjunto com setores do poder público e a imprensa local, tendo pareceres técnicos formulados para serem entregues ao chefe máximo do executivo municipal, em 20 de novembro 76 de 2019, houve a publicação no Diário Oficial do Município o surgimento de um grupo de trabalho que teria como objetivo a assistência social e atendimento às mães e pais de santos que foram expulsas das suas casas/terreiros. O grupo formulado teve atuação da Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, a Secretária Municipal de Governo e a Superintendência da Igualdade Racial. Apesar do papel fundamental da FRAB na luta por esses direitos, não foi destacado o seu papel nessa articulação, evidenciando uma atitude de tutoria promovida pelo Estado em seu caráter municipal (Silva & Ramos, 2023).

Essa articulação promoveu diversos benefícios aos povos de terreiros que foram vítimas desses ataques, como



- a) Concessão de benefício eventual de "Aluguel Social" por período de no mínimo 12 (meses) àqueles que tinham residência própria ou ainda àqueles que atendem aos critérios para ser beneficiário do programa habitacional municipal "Morar Feliz", até que este seja materializado; b) Realização de ação de cadastramento no Cad. Único das CTTs organizada em um dos terreiros filiados ao FRAB; c) Acompanhamento dos casos pelos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de cada território, com encaminhamento à rede socioassistencial em virtude do trauma que tais casos podem suscitar nas vítimas, dentre outras demandas implícitas; d) Acesso ao benefício "Renda Mínima", que consistia em um salário mínimo por um período de 6 (seis) meses;
- e) Capacitação dos profissionais da rede socioassistencial, ministrado pelos técnicos que realizam assessoria ao FRAB, com relação à legislação que ampara este grupo, bem como no debate do racismo religioso e institucional, para que situações de reprodução de revitimização e discriminação não ocorra (Silva & Ramos, 2023, p. 327).

Outros ganhos também citados por Silva e Ramos (2023) incluem regulamentação da Lei nº 9007/2020 (decreto nº 222/2020), que instituiu o programa e a semana de combate ao racismo institucional. Outras leis também foram regulamentadas, como a de nº 9012/2020 (Decreto nº 224/2020) e a que abarca a escusa de consciência nas instituições de ensino com caráter municipal por questões religiosas. A criação da SIRDH (Subsecretária de Igualdade Racial) também foi um ganho desse movimento, onde essa instituição promove atendimento às vítimas de racismo em todos os seus aspectos de violência.

Cabe ainda pontuar, que os casos que ocorreram contra às CTTs foram encaminhados para a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). No que tange aos resultados da mesma, a CPI desses casos ainda se encontra em andamento. No entanto, já apresenta ganhos referentes a esse movimento, como a publicação no Diário Oficial da criação de uma delegacia especializada em questões raciais em Campos dos Goytacazes (Silva & Ramos, 2023).

Podemos perceber que as vivências dos povos de terreiro em Campos dos Goytacazes são muitas vezes marcadas por um caráter bélico exercido em diversas instâncias, limitando e tentando extinguir as suas culturas religiosas. Isso nos leva a investigar como



essa dinâmica atravessa as práticas religiosas nos espaços públicos e quais os resultados obtidos por sua atuação.

Territorialização da Umbanda e a Violência Religiosa: Desafios e Resistências em Campos dos Goytacazes

A territorialização da Umbanda em Campos dos Goytacazes é um processo que reflete a interseção entre práticas religiosas e a violência sistemática enfrentada por comunidades umbandistas. Os espaços públicos — como praias, cachoeiras, cemitérios e encruzilhadas — são considerados sagrados e essenciais para a realização de rituais, mas a ocupação desses locais frequentemente está ameaçada por atos de discriminação e ataques.

As experiências das lideranças religiosas revelam a realidade tensa que permeia suas práticas. Mãe Janaína de Ogun descreve um ataque violento em que um motoqueiro jogou sua moto em direção a ela e sua filha de santo enquanto realizavam uma oferenda em uma encruzilhada. Desde esse incidente, Mãe Janaína tem buscado locais mais isolados, evidenciando o impacto direto da violência na escolha de espaços para cultuar suas divindades.

Mãe Bruna de Oxum compartilhou uma experiência similar, relatando um episódio em que um homem destruiu a oferenda de um filho de santo, demonstrando a falta de respeito por símbolos e práticas da Umbanda. Essa agressão não se limita apenas às pessoas, mas se estende aos elementos dos rituais que representam suas crenças. Para Bruna, essas ações revelam um desprezo não apenas pela religião, mas pela cultura afro-brasileira como um todo.

Pai Caio, ao realizar rituais na cachoeira em Rio Preto, também enfrentou ameaças de um morador local que, armado, o impediu de continuar seus trabalhos. Essa experiência não apenas destaca a violência que permeia o acesso a espaços sagrados, mas também levanta a questão da proteção e controle sobre esses locais. Em sua narrativa, Pai Caio



ironiza a situação ao perguntar se o agressor estava "protegendo" a cachoeira das práticas umbandistas, revelando a estranheza de um contexto onde o culto à natureza é visto como uma ameaça.

Mãe Laílla de Elegbara recorda um momento em que ela e seus companheiros foram alvos de disparos durante um ritual, uma experiência que forçou o grupo a interromper a prática por temor à vida. Em outra ocasião, em uma cachoeira, ela e suas filhas de santo foram acusados injustamente de poluir o ambiente, resultando em hostilidades que ameaçaram sua segurança. Esses relatos sublinham a fragilidade das comunidades umbandistas em espaços que deveriam ser sagrados, mas que, na realidade, se tornam arenas de conflito.

As narrativas dessas líderes revelam uma realidade em que ocupar espaços públicos se torna uma luta constante. Quando perguntadas sobre se já haviam denunciado as violências sofridas, a maioria optou por não o fazer, refletindo a desconfiança em relação às instituições policiais e ao sistema judiciário. A falta de preparo das delegacias para lidar com casos de racismo religioso e a histórica conivência dessas instituições com a violência contra as práticas afro-brasileiras contribuem para que as CTTs evitem buscar suporte.

Entre as líderes que não sofreram discriminação, apenas duas atribuem sua proteção à fé, acreditando que a intercessão das divindades assegura a realização tranquila de suas práticas. Para elas, a preparação espiritual antes de acessar esses espaços se torna um elemento essencial, conferindo um sentido de segurança que contrasta com as experiências de suas companheiras.

No entanto, para a maioria das entrevistadas, a presença dessas violências se manifesta em suas vivências cotidianas. Apesar dos avanços na luta pelos direitos das CTTs, a perseguição e o ataque contra suas práticas continuam a ser uma realidade. O



movimento de demonização e marginalização das Umbandas por diversas instituições mantém um ambiente propício para a continuidade dos ataques.

Esse contexto de discriminação não apenas coloca em risco a segurança física das CTTs, mas também afeta sua saúde mental e espiritual. Os espaços públicos, que deveriam ser locais de conexão com as divindades, muitas vezes se tornam cenários de medo e ansiedade, prejudicando a experiência espiritual e a vivência dos rituais. Como expressa Mãe Laílla, a preocupação constante com a possibilidade de agressão diminui a alegria e a paz que a prática religiosa deveria proporcionar.

A intersecção entre violência religiosa, desmatamento e urbanização empurra as práticas umbandistas para as margens da sociedade. Muitas lideranças, como Mãe Rosa, têm optado por realizar rituais dentro de seus terreiros em busca de segurança, reconhecendo que os espaços públicos não garantem a proteção necessária para suas práticas. Essa escolha reflete a adaptação das comunidades diante da violência e a necessidade de preservar suas tradições.

Ainda assim, a luta pela ocupação desses espaços é uma forma de resistência que desafia as narrativas de exclusão. Mãe Laílla, ao expressar seu desejo de ocupar cemitérios para honrar sua Pomba Gira, reivindica o direito de celebrar suas tradições em locais historicamente monopolizados por religiões dominantes. Essa perspectiva de resistência é essencial para a reexistência das CTTs, que buscam afirmar sua presença em um contexto que constantemente tenta silenciá-las.

Portanto, a territorialização da Umbanda em Campos dos Goytacazes é um fenômeno complexo, onde a luta pela afirmação religiosa se entrelaça com as violências enfrentadas. A resistência e a busca por novos espaços refletem não apenas a luta por visibilidade e respeito, mas também a construção de identidades que desafiam as narrativas hegemônicas e promovem a diversidade cultural na sociedade. As práticas umbandistas, em sua busca por reconhecimento e segurança, revelam a necessidade



de criar novos modos de estar e ser no mundo, desafiando os limites impostos pela discriminação e preconceito, reafirmando sua conexão com o sagrado.

Considerações finais

Como pudemos observar, a territorialização da Umbanda em Campos dos Goytacazes se revela como um processo complexo, permeado por dinâmicas de resistência, discriminação e luta pela afirmação identitária. A ocupação de espaços públicos, que deveriam ser locais sagrados e de conexão espiritual, é constantemente ameaçada, refletindo um contexto histórico de marginalização das tradições afro-brasileiras.

Os relatos das lideranças religiosas destacam a fragilidade das CTTs diante das agressões que enfrentam ao tentar cultivar suas práticas em espaços que, embora públicos, são muitas vezes hostis. As experiências de Mãe Janaína, Mãe Bruna, Pai Caio e Mãe Laílla, entre outras, revelam a realidade cotidiana de medo e insegurança que permeia a vivência umbandista. Esses relatos não apenas evidenciam os desafios enfrentados por essas comunidades, mas também reforçam a necessidade de resistência e re-existência diante de um ambiente que busca silenciar suas vozes.

A decisão de muitas lideranças de se afastar de espaços públicos e realizar rituais em seus terreiros é uma resposta direta às violências enfrentadas. Essa adaptação, no entanto, não deve ser vista apenas como uma forma de proteção, mas como uma estratégia de luta pela preservação de suas tradições e pela busca de um espaço seguro para a prática religiosa. Essa dinâmica ressalta a importância de repensar a relação entre os espaços públicos e as comunidades umbandistas, reconhecendo a necessidade de promover um ambiente de respeito e aceitação.

Além disso, a análise da territorialização da Umbanda revela como as instituições e as relações de poder contribuem para a perpetuação da discriminação. A desconfiança nas forças de segurança e na justiça, a falta de apoio institucional e a continuidade das



violências religiosas evidenciam um sistema que não garante os direitos das CTTs. Essa estrutura não apenas marginaliza as práticas umbandistas, mas também limita o potencial de diálogo e coexistência pacífica entre diferentes tradições religiosas na sociedade.

Diante deste cenário, é fundamental reconhecer e valorizar a diversidade cultural que as CTTs trazem para Campos dos Goytacazes. O respeito às práticas religiosas de matriz africana e indígena não é apenas uma questão de Direitos Humanos, mas uma contribuição essencial para a construção de uma sociedade plural e justa. Portanto, a luta das comunidades umbandistas por reconhecimento, respeito e segurança deve ser apoiada por políticas públicas e ações coletivas que promovam a inclusão e a valorização da diversidade religiosa.

Assim, a territorialização da Umbanda em Campos dos Goytacazes é um campo de disputa onde as práticas de resistência e re-existência se entrelaçam com os desafios da violência. A necessidade de afirmar sua identidade e de ocupar espaços públicos de forma segura é uma questão que transcende o âmbito individual, envolvendo a construção de um futuro onde todas as tradições religiosas possam coexistir e ser respeitadas. O caminho para essa transformação requer um esforço conjunto que reconheça a dignidade das CTTs e promova um espaço onde a espiritualidade possa florescer em sua plenitude, desafiando as estruturas que buscam limitar sua existência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Gustavo. Olhares sobre as associações afro-religiosas de Campos dos Goytacazes: as Irmandades, a liga e o fórum. **Revista Ars Historica**, nº 21, p. 216-236, jan./jun. 2021. Disponível em:

https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7947027. Acesso em: 22 fev. 2023.



ALVES, Luiz Gustavo. A liga cristã Umbandista e a luta contra a intolerância religiosa em Campos dos Goytacazes. In: História e parcerias: XVIII encontro de História da Anpuh-Rio. Niterói, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1528834839_ARQUIVO_artig oANPH _LuizGustavo.pdf. Acesso em: 23 de mai. 2019.

IBGE (a)- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dosGoytacazes. Acesso em: 14 abr. 2023.

OLIVEIRA, José Henrique. Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise do discurso dos intelectuais de umbanda durante o Estado Novo. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa. n.14, p. 60-85, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/46953. Acesso em: 17 jan. 2024.

JOSEPH, Isaac. A cidade revistada. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira. 5. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LIMA, Lana; MOLINA, Bernardo; SILVA, Leonardo. Racismo e discriminação religiosa em Campos dos Goytacazes: as dificuldades na aplicação da lei Caó. **Terceiro Milênio**, Campos dos Goytacazes-RJ, ano 1 n° 01, p. 33-47, julho a dezembro, 2013. Disponível em: https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/58. Acesso em: 14 de abril de 2023.

LIMA, Lana. SILVA, Leonardo; PAULA, Yann. As religiões afro-brasileiras em Campos dos Goytacazes: preservar, dar visibilidade e combater a discriminação. **Núcleo de Estudos de Exclusão e da Violência**: Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/40318052/As_Religi%C3%B5es_Afro_brasileiras_e m_Campos_dos_Goytacazes_preservar_dar_visibilidade_e_combater_a_discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acessado em : 22 de fevereiro 2022.

SILVA, Anderson Luiz. **Religiões Afro-Brasileiras em Campos dos Goytacazes**: territórios, conflitos e resistência. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes — RJ, 2020. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/21501/Anderson%20Luiz%20Barreto% 20da%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Anderson Luiz; RAMOS, Manuelli. Intolerância religiosa e resistência das religiões afrobrasileiras em Campos dos Goytacazes/RJ. In: LIMA, Kátia; SOARES,



Lúcia; SILVA, Lucília (orgs.). **Neoconservadorismo, ataque aos Direitos Humanos e Religiosidades**: posicionamento urgentes ao Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022, p. 311337. Disponível em:

https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/e-book_katia_et_al-min. Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Paulo Henrique Prado da. **Umbandas**: o racismo religioso nos espaços públicos em Campos dos Goytacazes - RJ. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes - RJ, 2024.

SOUZA, Nágila; SILVA, Silvana Cristina. Espaço Urbano e Segregação Socioespacial: Uma análise da Representação da Violência na Mídia Impressa em Campos dos Goytacazes. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 18, n. 1, p. 1-26, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5016/estgeo.v18i0.13334. Acesso em: 17 jan. 2024.